



CURRÍCULO, POBREZA E SUAS INTERELAÇÕES COM O PROCESSO EDUCACIONAL: EVIDÊNCIAS SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO INTERIOR DE GOIÁS

CURRICULUM, POVERTY AND ITS INTERRELATIONS WITH THE EDUCATIONAL PROCESS: EVIDENCES ABOUT THE PERCEPTIONS OF THE TEACHERS OF THE PUBLIC SCHOOL IN THE INTERIOR OF GOIÁS

Kris Cleyton Araújo Leite 1


Resumo: O presente artigo se propôs a discutir a interrelação entre currículo, pobreza e o processo de educação escolar, baseado nas evidências das percepções dos professores da rede pública de ensino no interior de Goiás, ao passo que apresenta a pobreza como uma definição multissignificativa, que não tem relação somente com a renda familiar, ou seja, com questões puramente socioeconômicas, mas também com as relações sociais, culturais e políticas, bem como observa que o currículo é fator indispensável para que o sujeito ativo, no caso o aluno, entenda seu contexto social e crie possibilidade e habilidades para enfrentar e alterar as condições determinantes de sua realidade. Evidenciou-se que por intermédio da educação escolar e da conseqüente apropriação dos currículos escolares o aluno poderá se empoderar e ser o protagonista, contudo, o estudo salienta, também, a importância do professor e do currículo como caminhos para esta libertação.

Palavras-chave: Educação Escolar. Escola. Relações Sociais.

Abstract: This paper aims to discuss the interrelationship between curriculum, poverty and the school education process, based on the evidence of the perceptions of public school teachers in the interior of Goiás, while presenting poverty as a multissignificant definition that does not it is related only to family income, that is, to purely socioeconomic issues, but also to social, cultural and political relations, and notes that the curriculum is an indispensable factor for the active subject, in this case the student, to understand its context. social and create possibility and skills to face and change the determining conditions of your reality. It was evidenced that through the school education and the appropriate appropriation of the school curriculum the student can empower and be the protagonist, however, the study also emphasizes the importance of the teacher and the curriculum as ways for this liberation.

Keywords: School Sducation. School. Social Relationships.

1 Mestre em Administração. Bacharel em Administração. Bacharel em Ciências Contábeis. Servidor efetivo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Professor e coordenador do curso de Administração da Faculdade Filos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6546046915959728>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9416-0560>. E-mail: krisclayton@yahoo.com.br



Introdução

O presente estudo tem como temática a relação entre o currículo, pobreza e processo educacional escolar. Para o desenvolvimento do estudo, foram considerados os aspectos pelos quais o ensino dos conhecimentos que compõem o currículo escolar pode propiciar ao estudante compreender sua história e reconhecer sua condição, muitas vezes, reprodutora da desigualdade social, bem como a possibilidade de rompimento dessa reprodução e consequente emancipação, como afirma Saviani (2015, p. 12):

“[...] a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não- material cujo produto não se separa do ato de produção nos permite situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular.”

Com base nas experiências identificadas pela equipe da Coordenação Regional de Educação de Águas Lindas, órgão descentralizado da Secretaria Estadual de Educação de Goiás, pode-se observar que a o fator pobreza e desigualdade social está presente em vários conteúdos trabalhados nas três séries do ensino médio, bem como avaliando o planejamento dos docentes que lecionam esses conteúdos, conseguiu-se perceber que a temática pobreza está presente, mesmo que de forma não explícita, nas referências curriculares da Rede Estadual de Educação de Goiás.

A pobreza é uma das expressões da questão social e pode ter diversos significados dependendo da realidade contextual que é empregada ou em que é propriamente vivenciada, podendo ser, também, um fator determinante de vários fracassos no processo de educação escolar, uma vez que os relacionamentos estabelecidas no ambiente escolar são, em sua maioria, parte responsáveis pela construção e captação do capital cultural e social, conforme descreve Duarte (2006, p. 12).

Esses fracassos no processo de educação escolar podem ser relacionados ao desempenho dos alunos pobres e/ou que vivem na situação de extrema pobreza, principalmente, por não terem desenvolvido ou não terem acesso às várias capacidades que permitem aos alunos superar distâncias, a fome, o frio, a ausência de materiais didáticos necessários para as atividades escolares, entre outros aspectos ligados à ausência de renda e suas consequências diretas no desempenho dos alunos. A pobreza, como descreve Miguel G. Arroyo (2015) também é observada pelos educadores com uma visão moralista, na qual os alunos pobres simplesmente aceitam ou se submetem à condição de pobreza em que estão inseridos e seu insucesso escolar, muita das vezes, é fruto dessa visão.

Um fator preponderante que pode contribuir para o sucesso de desses alunos que vivenciam situações de vulnerabilidade financeira e social é o que podem adquirir conhecimentos ou conteúdos que são fundamentais para a formação sua formação, sendo o currículo um fator contextualizador dessa possibilidade, embora a percepção de grande parte dos alunos é que o currículo escolar é apenas um conjunto de componentes curriculares, entretando, Sacristán (2013) observa como uma ponte entre o cidadão e o mundo, que deve garantir ao aluno o acesso ao conhecimento de elementos históricos de construção da pobreza, bem com sua relação com a sociedade e o papel por ela desempenhada na perpetuação da mesma, a fim de que esse aluno tenha a possibilidade de reação e transformação de sua realidade, criando possibilidade, rompendo, assim, com o círculo vicioso pré-definido pela sociedade.

Tomando-se por base o contexto exposto, algumas questões necessitam de respostas, tais como: Os docentes conseguem perceber a importância de trabalhar os conhecimentos articulados à pobreza, no sentido de compreender e transformar da realidade e o contexto social dos alunos? Quais as maneiras que os professores percebem e entendem o aluno pobre e suas vulnerabilidades? O tema pobreza está no currículo escolar dos professores entrevistados que recebem alunos em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, bem como o professor tem a percepção de que esse tema pode ou dever desenvolvido no currículo escolar?

A superação da pobreza e a tematização dela no currículo, interligando-se com o processo educacional, em suas múltiplas determinações, tem um importante e fundamental papel para que essa superação seja alcançada. Nesse contexto o presente estudo se justifica por possibilitar o conhecer e o reconhecer a presença da temática pobreza no currículo escolar de algumas escolas públicas da rede estadual de educação de Goiás, localizadas no município de Águas Lindas de Goiás.

Desse feito, tras-se à tona a percepção da temática pobreza como elemento curricular a ser considerado dentro das uma escola estadual observadas, considerando, ainda, que grande parcela dos alunos dessas unidades escolares vivenciam condições de pobreza e/ou extrema pobreza, possuindo uma parcela significativa de alunos que são beneficiados por programas de inclusão social, à exemplo do programa Bolsa Família, gerenciado com recursos do Governo Federal.

Ante o exposto, o presente artigo descreve e procura entender a existência de possibilidades de ensinar e aprender sobre o tema pobreza e seus processos sociais e educacionais dentro do currículo. Para tanto, o estudo propoe-se à investigação da percepção dos docentes do terceiro ano do ensino médio acerca do papel da educação escolar na sociedade e da relação entre currículo e pobreza e seus impactos no processo de educação escolar.

O papel da educação na sociedade

O debate sobre o papel da educação na sociedade contemporânea, aqui definida como sociedade informacional, ou seja, aquela sociedade baseada no conhecimento tecnológico e informação precisamos entender a educação como um direito social que deve dar ao indivíduo o mínimo de bem-estar para os padrões de civilização vigente. Segundo Demerval Saviani (2013, p.475) essa educação deveria ser a capacidade de compreender as conexões entre fenômenos, captando o significado das coisas, do mundo em que se vive. É por intermédio da educação que a sociedade consegue acessar e usufruir de todos os direitos, embora a educação não seja suficiente, de forma isolada, para o pleno exercício desses mesmos direitos.

O pleno acesso aos direitos ou o exercício da cidadania, proporcionados pela educação pressupõe, portanto, o acesso aos códigos escritos, instituídos pela escola, esta instituída pela sociedade como a principal e dominante forma de converter os sujeitos em cidadãos, ou seja, sujeitos de direitos e deveres. A escola deve fornecer aos sujeitos, através da educação, elementos que permitam as pessoas avaliarem as informações separando o que é relevante, importante, verdadeiro e produtivo, já que a sociedade do conhecimento deu espaço a sociedade da informação, em que tudo “viraliza” e muitos sujeitos não são capazes de separar e utilizar de forma consciente informações ou conhecimento.

Atualmente, o papel do Sistema Nacional de Educação é dar efetividade à escola pública universal, obrigatória, gratuita e laica, prerrogativas estipuladas na Constituição Federal, as quais foram conquistadas ao longo da história da educação brasileira com a primeira Constituição Federal, de 1824 até a atual de 1988 e suas legislações específicas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Contudo, é útil mencionar que nos últimos 20 anos houve um aumento da transferência das responsabilidades pela educação, do Estado para a sociedade civil, fortalecendo a iniciativa privada que se com o Movimento Acorda Brasil e posteriormente dando prosseguimento com o Movimento Todos pela Educação.

A transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil impossibilita ao Estado garantir, de forma eficiente, as condições necessárias para o exercício de todos os direitos aos seus cidadãos, seja pelo não cumprimento de metas que vem sendo estipuladas decenalmente e conseqüentemente proteladas, seja pela não aplicação dos recursos constitucionais, que caracterizariam o mínimo necessário para a gestão da educação do país.

Partindo do conceito de que uma escola, universal, laica, obrigatória e gratuita, na sociedade informacional tem por primordial objetivo garantir às pessoas os seus direitos através do empoderamento dos conhecimentos transmitidos por ela, resta refletir sobre quais conhecimentos são estes. Nesse contexto, Michel Young (2007) trabalha o conceito de conhecimento poderoso,

aquele conhecimento que é diferente do conhecimento tático, ou seja, do senso comum em que qualquer um pode obter nos grupos sociais aos quais frequenta, exceto a escola, pois lá é o local onde este conhecimento poderoso adquirido, produzido e acumulado historicamente poderá cumprir o seu papel, de fato, garantir ao aluno a transformação de sua realidade.

Este conhecimento, ao ser analisado e selecionado para o aluno, pelo professor, que é quem tem este conhecimento armazenado ou quem melhor sabe lidar com ele, relacionado à vivência e/ou confrontado ao cotidiano do aluno poderá possibilitar meios de entendimento da realidade e a criação de capacidades. É primordial entender que a educação como um processo, intencional, seja de trabalho, de dominação ou emancipação humana, haja vista que todo processo requer uma antecipação de ideias e finalidades, ou seja, a educação como qualquer outro trabalho requisita o cumprimento de uma ou várias metas.

Entretanto, para longe da perspectiva do capital, em que a educação atende aos interesses do mercado e dessa forma é transformada em um produto que serve somente aos interesses do capital, diminuindo as chances de emancipação e empoderamento a partir da educação, como podemos associar em “o produto do trabalho ao ser apropriado pelo capital, se torna algo que não expressa a individualidade do trabalhador, mas sim, ao contrário, que se defronta com o trabalhador como um ser hostil e estranho, como um ser alheio ao indivíduo que o produziu” (SAVIANI e DUARTE, 2010, p. 427). Assim, acabando por diminuir recursos à educação, estimulando a privatização, eliminando programas de bolsa e financiamento estudantil e impossibilitando maiores investimentos públicos, fragmentando a formação do estudante, não permitindo um conhecimento integral, indo na contramão do que de fato a escola deve promover: a felicidade, o bem-estar humano, a emancipação e o combate a dominação. Ainda que Young (2007, p. 1292) assevera que até os sistemas mais opressivos podem ser usados como instrumento de emancipação, este jamais deveria ser seu objetivo, dominar.

Tampouco a educação deveria ser alicerçada e focada em resultados, em que os conhecimentos e a forma como os alunos recebem estes conhecimentos direcionam apenas a preparação para exames. A educação deve cumprir outro de seus primordiais objetivos, qual seja, a transmissão de conhecimentos, entretanto os conhecimentos transmitidos devem ser utilizáveis, ao passo que o aluno se coloque como sujeito ativo neste processo de ensino e aprendizagem, refutando o modelo unidirecional e mecânico de transmissão.

Não é difícil observar que as escolas transmitem conhecimentos diferenciados, entretanto, em diversas situações as escolas acabam por ensinar conhecimentos que não são escolares, deixando de lado o conhecimento especializado, responsável por fazer com que o aluno adquira outros conhecimentos que não podem ser aprendidos fora da escola, que explicam aos alunos, de forma confiável, novas formas de pensar a respeito do mundo e de sua realidade, e são desses profissionais que transmitem este conhecimento poderoso que as escolas precisam.

Nesse contexto, entende-se que ao garantir ao aluno uma formação nos níveis máximos, ao ofertar o máximo e o melhor dos conhecimentos adquiridos e acumulados ao longo da história da humanidade, cria-se a possibilidade para que esse aluno amadureça o pensamento reflexivo, sobre a sociedade, sua realidade social, possibilita-se, ainda, que aproprie-se dos conhecimentos necessários para viver em sociedade, ao passo que não apenas se adapte a ela, mas que intervenha de forma transformadora e crítica em sua realidade.

Percepções entre as relações currículo, pobreza e o processo de educação escolar

Nessa perspectiva, foram entrevistados 10 (dez) professores de Linguagens e Ciências Humanas de uma escola da Rede Estadual de Goiás, focando a relação estabelecida por ele para educação escolar, currículo e pobreza. Destaca-se para tanto que os conceitos atribuídos pelos professores para o processo de educação escolar passam desde oportunidade como meio para a vida, como meio para troca de conhecimentos. Nesse contexto pode-se evidenciar que o professor não é o único agente detentor do conhecimento, logo o conhecimento a ser compartilhado não

é, portanto, só para os mais privilegiados, conforme observado no conceito de um professor entrevistado:

Para mim a educação é um projeto de perspectiva política social, pois trata da formação e atuação das pessoas em sociedade, ela é a forma pela qual buscamos um preparo e orientação acerca do mundo que nos cerca, com base em nossas experiências do dia-a-dia, conhecimento adquirido e reflexão dele, para que então possamos solucionar com mais facilidade os problemas e desafios que encontraremos em nossos caminhos (Professor A).

Os entrevistados declararam, em sua maioria, que o professor é o agente principal na formação da pessoa com relação ao conhecimento científico e facilitador da construção desse conhecimento, conforme observado abaixo:

Nós somos o agente principal na formação do cidadão dentro da formação escolar, sendo o professor o transmissor, mediador e instigador do conhecimento científico, filosófico e cultural para seus alunos (Professor B).

Ou ainda, conforme observado em outro entrevistado:

O professor é o pobre que estudou, observando que o perfil de quem cursa licenciaturas no Brasil pertence, em sua maioria, à classe média baixa, sendo que papel desse professor será de acordo com a sua própria consciência da realidade em que se encontra, pois o conhecimento adquirido por ele durante seu curso acadêmico, irá servir de base social e política para seus alunos (Professor C).

Nesse contexto o professor também consegue perceber, como observado nos trechos das entrevistas acima, que suas atribuições passam, desde mediador do conhecimento até apoiador do corpo discente, referindo-se à conscientizador esclarecedor do pensamento político, o que está em consonância com o estudo de Mazzeu (2012, p1), quando descreve que no papel do trabalho educativo, é necessário compreender as características da formação do educador, bem como sua relação consciente com o significado de sua atividade, ou seja, com o compromisso de preparar as novas gerações para a superação dos desafios que surgirão.

Entende-se o professor como ser social reprodutor e formador de indivíduos que fomenta, por intermédio do processo de educacional, determinadas práticas sociais, os quais percebem a importância de trabalhar os conhecimentos sistematizados e articulados ao tema pobreza, no sentido do entendimento e transformação do contexto social. Entretanto esses conhecimentos são apenas articulados ao tema pobreza, e esta não se apresenta como conhecimento transformador e crítico, integrante do currículo escolar, conforme assevera Mendonça (2014, p. 15)

De forma generalista as práticas pedagógicas e os conteúdos são intencionais e não contemplam as reais necessidades dos estudantes, o que corrobora com os achados da pesquisa de Dantas (2017, p. 85), na qual o currículo forma, primordialmente, o estudante para o mercado e o transforma em números e índices não contextualizados com sua realidade. O tema pobreza, então, aparece de forma implícita no currículo, cabendo ao olhar crítico do professor, não alheio às condições socioeconômicas e políticas que o cercam, pontuar a devida importância para destacá-la como parte integrante do currículo, ao passo que, conforme descrito por Sala (2010, 95), a alienação constante nos currículos é um fardo que a unidade escolar, no interior da sociedade capitalista, deve vivenciar e contextualizar na realidade a qual esteja inserida.

Ainda que a pobreza esteja no currículo escolar associada com outros conteúdos transversais, não há uma sistematização curricular objetiva, no sentido de ministrá-la de forma contextualizada, com exceção da disciplina de sociologia, cada disciplina apresenta uma parcela de sua totalidade,

seja em referenciais históricos, apresentando índices e dados, seja em aspectos geográficos por regiões e países, mas sem considerar a relação causas x consequências e suas possíveis soluções e aprendizados.

Contudo, é importante destacar o papel dos professores da área de ciências humanas que têm a percepção da pobreza como tema a ser desenvolvido no currículo escolar, haja vista a missão da ciência voltada ao estudo da sociedade e seus desdobramentos e que, apesar de não apresentar a pobreza, propriamente dita, como conteúdo a ensinam como tal e se preocupam em como planejar para dar acesso à todos sobre esse conhecimento, como evidenciado em trecho da entrevista:

Abordo essa questão por ser de primordial importância para o entendimento do conceito de sociologia, bem como por entender que a pobreza, tal qual a confrontamos diariamente, desde a situação do trabalhador desempregado até a quantidade absurda dos números de desnutrição e morte por consequência da fome. Isso tudo não é fruto do acaso mas sim do fiel retrato do pensamento capitalista e neoliberal (Professor D).

Esses mesmos professores relacionam os conhecimentos acerca da realidade social com seu componente curricular, apresentando os desdobramentos do capitalismo na sociedade contemporânea:

Procuro abordar que exploração de todos os recursos naturais de nosso planeta, bem como as consequências da pobreza, tais como desigualdade social, violência e a fome são questões que podem ser solucionadas se toda a sociedade estivesse disposta a reorganizar o mundo de forma mais justa e igualitária (Professor E).

Observa-se que os professores percebem a fragilidade do currículo no sentido de que os mesmos não dão conta de contemplar, em sua totalidade, a realidade dos na qual os alunos estão inseridos, o que vem de encontro ao estudo de Sacristán (2001,p.84-85) o qual descreve que enquanto um determinado grupo social não percebe a reflexão de sua cultura na escolaridade ou a enxerga refletida menos que a de outro grupo, o currículo esbarra diante de um problema de igualdade de oportunidades. No entanto, as colocações dos docentes entrevistados deixam claro a consciência da importância de ajustar os currículos de modo que contemplem a realidades dos alunos, sem ferir o seu direito de aprender e de se perceber nesses contextos de aprendizagens.

Considerações Finais

O estudo procurou evidenciar a ideia de que é por intermédio da educação escolar que o aluno pode traçar caminhos que possibilitem a compreensão de sua realidade contextual, considerando as várias mudanças que podem ocorrer em seus aspectos socioeconômicos, culturais e políticos. O estudo também procurou destacar a importância do professor, como mediador do conhecimento, no qual frisou-se que o mesmo é um agente modificar e transformador de realidades, indo além de um simples reprodutor de conteúdo.

Observou-se que, apesar de se evidenciarem que outros conhecimentos possam ser compartilhados, é o conhecimento crítico e experimentado que possibilita mostrar a direção para superação das dificuldades, ou, ao menos, possibilitar ao aluno a contextualização de que ele é o autor principal da mudança de sua realidade, sendo a escolar, por intermédio do currículo e sua relação com o processo educacional um fator impulsionador. O ambiente escolar, por sua vez, é um espaço privilegiado para esse tipo de empoderamento, ainda que consista num espaço de diversas

realidades, contudo, esse ambiente, assim como outras instituições, nascem a partir das relações estabelecidas entre as pessoas.

Nesse contexto, a formação adequada dos professores, em sintonia com consciência política que podem transmitir, selecionam e aprimoram o que é fundamental para a formação do aluno por intermédio do currículo, sendo que muitos dos professores que participaram desse apresentaram essa consciência, bem como observou-se que muitos de seus trabalhos, desenvolvidos nas unidades escolares, e evidenciados no planejamentos de aula, possuem foco no contexto social e humano, em virtude de destacarem que a temática pobreza deve ser contextualizada no currículo, ou faz parte dele, bem como não dever ser negligenciada mas sistematicamente estudada e dentro de um contexto, compreendida e analisada de forma a proporcionar ao aluno meios para que possa transpor essa barreira.

Referências

- ARROYO, M.G. **Pobreza, desigualdades e educação**. Módulo Introdutório. UFSC: ETV, 2014.
- ARROYO, M.G. **Pobreza e currículo: uma complexa articulação**. Módulo IV. UFSC: ETV, 2014.
- DANTAS, L.C. **A escola e a opção pelos pobres**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
- GOIÂNIA. **Curriculo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás**. Ciências Humanas. Ensino Fundamental e Ensino Médio. Seduc-GO, 2012.
- GOIÂNIA. **Curriculo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás**. Liguagens e Códigos. Ensino Fundamental e Ensino Médio. Seduc-GO, 2012.
- JESUS, A.R. de. **Currículo e Educação: conceito e questões no contexto educacional**. São Paulo. 2008. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642_840.pdf. Acesso em: 06 Jun. 2019.
- SALA, M. **Alienação e Emancipação na transmissão do conhecimento escolar: um esboço preliminar**. In: MARTINS, L.M; DUARTE, N. (Orgs). **Formação de Professores: Limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: UNESP. 2010.
- MENDONÇA, E.F. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação (Módulo II)**. In: **Curso de especialização educação, pobreza e desigualdade social (lato sensu)**. 1. ed. Brasil: Ministério da Educação MEC, 2014.
- MAZZEU, L.T.B. **Pedagogia Histórico-Crítica e Formação de Professores: Proposições e Categorias**.
- ANPED. GT-08: **Formação de Professores**. UNESP. 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/2poster/GT08-4826--Int.pdf>. Acesso em 04 mai. 2019.
- SAVIANI, D. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual**. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul.- set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/06.pdf>. Acesso em 04 Mai. 2019.
- SAVIANI, D.; DUARTE, N. **A formação humana na perspectiva histórico-ontológica**. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.
- YOUNG, M. **Para que servem as escolas?** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.